

O EMPODERAMENTO DO CIDADÃO TOXICODEPENDENTE NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Flávia Zen Martins Nakao²

Carolina Torres Guazzelli³

RESUMO:

O uso de drogas não é um advento recente, perpassa por toda história da humanidade e cresce atualmente. Assim diversas propostas de intervenções buscam a ressignificação da cidadania de toxicodependentes para empoderá-los no uso da autonomia, forma esta, de encontrar novos sentidos existenciais. O **objetivo** deste estudo foi de levantar, em periódicos publicados entre 2009 e 2015, no banco de dados Scielo Brasil e Google Acadêmico, as intervenções utilizadas para ressignificação da cidadania, realizadas através do empoderamento do cidadão toxicodependente e do exercício de sua autonomia. O presente estudo é descritivo e teve como **método** uma revisão bibliográfica sistemática do tipo integrativa, identificou-se o tema e a proposição, selecionou-se os critérios de inclusão e exclusão extraindo-se 150 artigos entre 1050 resultados retornados. Destes, separou-se 15 artigos publicados que versam sobre Cidadania, Drogas e Toxicodependência que atendiam aos demais critérios. Após leitura global dos escritos, os dados foram selecionados e numa segunda leitura criteriosa separou-se as intervenções para tabulação dos dados em tabela. A **análise** foi através de interpretação dos dados coletados numa composição dialógica à luz da literatura e das evidências das experiências baseadas na prática profissional dos autores. Obteve-se como principal **resultado** que os trabalhos publicados apresentam intervenções que (re) significam a cidadania e empoderam o toxicodependente no uso de sua autonomia, contudo, na maioria das vezes, citam mas não descrevem os procedimentos de aplicação.

PALAVRAS CHAVE: Cidadania, Drogas, Toxicodependência.

1 Artigo realizado como requisito para obtenção do Título de Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pelo Centro Universitário para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, Assistente Social da Rede de Atenção Psicossocial do Município de Brusque - SC. E-mail contato: flavinhazm@gmail.com.

3 Terapeuta Ocupacional, Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela UFSC, Docente do Departamento de Pós-graduação do Centro Universitário para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI E-mail de contato: ctg.terapeuta@yahoo.com.br

ABSTRACT

Drug use is not a new reality, permeates the entire history of humanity and actually grows. So diverse proposals of interventions seek the redefinition of citizenship of drug addicts to empower them in the use of autonomy, and find new way to meaning life. The objective of this study was search in articles published between 2009 and 2015 in the database Scielo Brazil and Google Scholar, interventions used for redefinition of citizenship, carried out through empowerment of the addict citizens and exercise their autonomy. This study is descriptive method was to a systematic and integrative review, identified the issue and the proposal, selected the inclusion and exclusion criteria from extracting 150 articles between 1050 results. Of these reviews, selected 15 published articles about Citizenship, Drugs and Substance Dependence met the other criteria. After analysis, data were selected and separated the data of interventions for tabulate the information in a carefully second reading. An analysis was by interpretation of data collected from a dialogical and the evidence of the experiences based on the professional practice of the author. The principal result collected was that the published works show interventions (re) mean citizenship and empower the addict in using their autonomy, however, most often mention but do not describe the application procedures.

KEYWORDS: Citizenship, Drugs, Substance_Dependence

INTRODUÇÃO

O advento do uso das drogas perpassa por toda a história das civilizações e suas evoluções. É discutido hoje como parte do processo saúde – doença, e como um dilema na saúde pública. Ao falar do contexto que envolve as drogas remete diretamente à abordagem das questões que estão relacionadas à saúde do indivíduo, e conseqüentemente ao seu universo, como também ao entendimento dos eventos que levam à toxicod dependência. Prata e Santos (2009) corroboram com esta ideia quando afirmam: “O uso de drogas atualmente é considerado grave e complexo problema de saúde pública” (p. 203), razão pela qual se busca entender o fenômeno em seu contexto atual, especialmente na utilização de estratégias de intervenção com esse indivíduo, no universo de seus direitos sociais.

A Organização Mundial de Saúde (2013) define como droga toda substância que, em contato com o organismo, modifica uma ou mais de suas funções, sendo toda a substância que o indivíduo faz uso, e altera seus sentidos e reflexos, conseqüentemente sua vida em sociedade. De acordo com Anton (2000, p. 12), “o uso e abuso das drogas representam um problema grave, capaz de produzir importantes alterações de saúde e problemas sociais”. A gravidade se intensifica na medida em que a família e a sociedade não sabem como proceder nessas situações e o indivíduo torna-se um toxicod dependente.

De acordo com o relatório da United Nations Office on Drugs and Crime (UNODOC, 2015) cerca de 246 milhões de pessoas, ou um pouco mais de 5% da população mundial entre 15 e 64 anos de idade, usaram drogas ilícitas em 2013. No Brasil o índice é de mais ou menos seis milhões de brasileiros toxicod dependentes, o equivalente a 3% da população geral.

Recentemente o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias para Políticas Públicas de Álcool e outras Drogas, divulgou o II Levantamento Nacional de Álcool e outras Drogas (II LENAD), relatando o contexto que envolve adolescentes e adultos com histórico de algum nível de uso. Constatou-se que o índice de dependência cresce diariamente e cada vez mais cedo os jovens e adolescentes tem contato com essas substâncias e nessas experimentações 5% dos homens e 4% das mulheres, num universo de abstinentes, iniciaram o uso de drogas lícitas e ilícitas aos 11 anos, aumentando o risco de tornarem-se dependentes das substâncias psicoativas (LARANJEIRAS, 2014).

Assim, para começar a entender as características deste universo é preciso definir alguns conceitos, que compõe esse diálogo, atualmente utilizados no Brasil e no mundo. A literatura apresenta uma linguagem há tempo discutida para definir padrões como as

diferenças entre uso, abuso e dependência. O II LENAD utiliza o uso como sendo, a autoadministração de qualquer quantidade de substância psicoativa, já o abuso entendido como um padrão de uso que aumenta o risco de consequências prejudiciais para o usuário e a dependência é referida a partir de um padrão de consumo constante e descontrolado, uma relação disfuncional entre um indivíduo e seu modo de consumo (LARANJEIRAS, 2014).

No Relatório Europeu sobre Drogas (2014) observa-se a utilização do termo toxicodependente, embora não muito comum no Brasil, mas já mencionado em literatura publicada. Pinto (2013) faz menção ao termo toxicodependente como “aquele que coloca a droga, quase que exclusivamente, no centro da sua existência e, conseqüentemente, rompe os seus vínculos sociais”. Nesse contexto o termo é utilizado similarmente com dependência química ou tóxica, e em sua definição a toxicodependência pode comprometer a saúde mental dos indivíduos em qualquer idade, podendo ocasionar sofrimento para ele, seus familiares e comunidade.

Observa-se então que esse indivíduo está inserido em uma sociedade e faz parte de grupos e vivencia experiências no exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição federal. Exercer essa cidadania é colocar em prática e cobrar aos órgãos públicos que cumpram com seu papel conforme prevê a legislação. Assim, “as propostas de reabilitação psicossocial passam pelo exercício da autonomia e cidadania, visando à inserção de pessoas secularmente estigmatizadas” (ALMEIDA, DIMENSTEIN, SEVERO, 2010, p. 578).

Este pensamento infere que construir um novo lugar social para a loucura não se restringe aos limites sanitários, mas está atrelado à invenção de novos espaços e formas de sociedade e de participação, de novos sentidos existenciais, inclusivos.

Neste contexto observa-se a importância do processo de empoderamento do toxicodependente como dinâmico, com características condutoras, afetivas e cognitivas, que possibilita a emancipação de forma singular, estimula a sua cidadania no uso da autonomia e liberdade, sendo o poder em que o cidadão consegue controlar a sua própria vida. Essa experiência torna protagonista, o cidadão e seus familiares, vendo o pensamento político, a defesa pelos seus direitos, realizando a construção e reflexão sobre a política em construção do universo próprio, comprometidos com a transformação social (ALMEIDA, DIMENSTEIN, SEVERO, 2010).

Existem dois sentidos de empoderamento no Brasil, um se refere ao processo de

mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e de mandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos (KLEBA e WENDAUSEN, 2009). Para Vasconcelos (2009), o empoderamento é: “um conjunto de estratégias de fortalecimento do poder, da autonomia e da auto-organização dos usuários e familiares de serviços públicos nos planos pessoal, interpessoal, grupal, institucional, e na sociedade em geral” (p. 52).

O toxicodependente é um cidadão igual ao outro qualquer, tendo direitos e deveres perante a sociedade, cabendo ao Estado a garantia dos direitos, onde se tem a oportunidade e o direito de realizar tratamento, com a liberdade para escolher se deseja tratar-se ou não.

Geralmente os casos podem ser tratados de forma psicossocial, os cidadãos/ indivíduos com toxicodependência realizam seu tratamento de forma multidisciplinar em contato com a comunidade, necessitando do Estado para promover condições dignas sem interferir em sua autonomia.

Este estudo estabeleceu como objetivo levantar, em periódicos publicados entre 2009 e 2015, no banco de dados Scielo Brasil e Google Acadêmico, as intervenções utilizadas na ressignificação da cidadania realizada através do empoderamento do cidadão toxicodependente e do exercício de sua autonomia. Conhecer de que forma esse processo se constitui no tratamento de saúde, assim como os desafios enfrentados por eles e em qual momento esses entendem e consideram-se cidadãos de direitos, realizando e exercendo sua cidadania perante a sociedade e caracterizar as dificuldades encontradas nos toxicodependentes para a conquista do exercício da autonomia.

A escolha por essa temática surgiu durante a prática profissional como assistente social dentro de um CAPS AD, de um Município de Santa Catarina, no qual percebia-se constantemente que os toxicodependentes não expressavam conhecimento e clareza sobre seus direitos sociais e, em contrapartida, muitas vezes por causa do uso das drogas, durante anos não se reconhece um cidadão de direitos, devido a discriminação e exclusão constante da sociedade.

Ao considerar estes aspectos, utilizou-se da revisão integrativa, para alcançar o objetivo e responder à questão: Quais intervenções (re) significam o exercício de cidadania de toxicodependentes em processo de tratamento? Responder à questão proposta justifica a relevância deste levantamento já que há intenção de agregar valores à comunidade acadêmica

em formação, à profissionais da saúde mental, e à sociedade em geral, uma vez que explicita a troca de experiência composta no diálogo realizado aqui, ao buscar desvelar o universo em que vive um toxicodependente no bojo dos seus dilemas sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Dentre as categorias de artigos científicos que utilizam “fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.133), encontra os artigos de revisão de literatura que podem ser categorizados como de revisão narrativa e de revisão bibliográfica sistemática em razão de possuírem características e objetivos distintos, nesse contexto optou-se por seguir o percurso da revisão integrativa.

Assim, o presente estudo segue as etapas de uma revisão integrativa de artigos publicados que versam sobre Cidadania, Drogas e Toxicodependência. A revisão integrativa caracteriza-se por proporcionar síntese de conhecimento associado à aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010) e permite incluir uma diversidade de pesquisas, revisar teorias e evidências, possibilitando uma compreensão mais ampla e completa do contexto analisado através das etapas propostas em cada momento.

Para realização do estudo, identificou-se o tema selecionado e a questão que seria respondida ao final do estudo. Num segundo momento, selecionaram-se os critérios de inclusão e exclusão. Para serem incluídas neste estudo, as pesquisas deveriam ter sido publicadas no formato de artigo científico, entre os anos de 2009 e 2015, com origem em qualquer país. Foram excluídos da revisão: a) todos os trabalhos em que a busca retornou, nos quais não havia os três termos propostos; b) teses, dissertações, monografias, editoriais e manuais; c) trabalhos que não tinham sido desenvolvidos no período proposto e d) artigos duplicados.

No terceiro momento procedeu-se com a identificação dos artigos possíveis de serem selecionadas para análise. Para tanto consultou-se as bases de dados da Scielo Brasil (Scientific Electronic Library Online, disponível em <http://www.scielo.org/php/index.php>) e Google Acadêmico, disponível em <https://scholar.google.com.br/>). Foram utilizados os termos

Cidadania, Drogas e Toxicodependência, que deveriam aparecer associados num mesmo estudo. As buscas realizaram-se entre os dias 12 de setembro e 12 de outubro de 2015, sendo definidos 15 artigos no último dia de busca como consonantes com os critérios determinados.

Após seleção, numa quarta etapa da pesquisa, foram tabulados os resultados encontrados de acordo com os critérios da inclusão e exclusão. Em seguida foi realizada a leitura dos artigos separadamente, de forma generalizada, para entendimento global da proposta de cada um e depois uma leitura mais criteriosa para seleção de dados buscados na resolução da proposição clínica proposta, a fim de obter respostas.

Na quinta etapa, procedeu-se com a análise e interpretação dos dados coletados numa composição dialogada à luz da literatura e das evidências das experiências baseadas na prática profissional dos autores e a última etapa foi constituída pela produção da revisão e síntese escrita do conhecimento para posterior apresentação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados foram analisados a partir de dois eixos principais que compuseram a discussão. No primeiro eixo obteve-se um levantamento geral que norteou quanto a produção de artigos publicados em periódicos entre os anos de 2009 e 2015, que combinassem os descritores drogas, cidadania e toxicodependência conforme resultados retornados dos bancos de dados pesquisados. No segundo eixo, levantaram-se as intervenções abordadas nos artigos, inclusos na pesquisa, que tinham por objetivo a ressignificação da cidadania.

Levantamento de Produção de Artigos

Os dados foram coletados entre 12 de setembro e 12 de outubro de 2015, nas bases de dados do Scielo Brasil e Google Acadêmico. Conforme observado no Quadro, não foram retornados resultados do banco de dados Scielo Brasil e no Google Acadêmico, as publicações foram em torno de 1050, entre artigos científicos, teses de doutorado e dissertação de mestrado, resumos, livros e citações. Destas, foram visualizadas 150 produções e selecionados 15 artigos representando 10% do universo visualizado, conforme critério de inclusão e exclusão proposto em relação ao ano de publicação entre 2009 e 2015.

Observou-se escassez no número de publicações que relacionam toxicodependência, drogas e cidadania, contudo observa-se que os descritores drogas e cidadania e drogas e

toxicodependência retornam resultados entre 7 e 9 artigos publicados (SciELO Brasil) o que representa uma escassez no número de publicações para um espaço de tempo que compreende 5 anos.

quadro 1 – Retorno de resultado de pesquisa para os descritores drogas, cidadania e toxicodependência.

Base de dados	Resultados retornados	Artigos Visualizados	Artigos selecionados
SciELO Brasil http://www.scielo.org/php/index.php	Não retornou resultados*	*	*
Google Acadêmico scholar.google.com.br/	1050	150	15

*O Banco de dados SciELO Brasil não retornou resultados para combinação dos descritores Drogas, Cidadania e Toxicodependência conforme proposta, contudo retornou 9 resultados para a combinação Drogas e Cidadania e 7 resultados para a combinação Drogas e Toxicodependência.

Levantamento das Intervenções para Ressignificação de Cidadania

Descritivo dos artigos selecionados na qual foram levantadas as intervenções para ressignificação de cidadania de toxicodependentes. Analisando a distribuição por país e ano (Gráfico 1), pode-se observar que 70% das publicações, de acordo com os critérios definidos aqui, apresentaram artigos originados fora do país, mais especificamente na Europa, em Portugal, contudo hospedados em domínio brasileiro. 30% do total de artigos selecionados, hospedados em domínio brasileiro, foram também produzidos aqui.

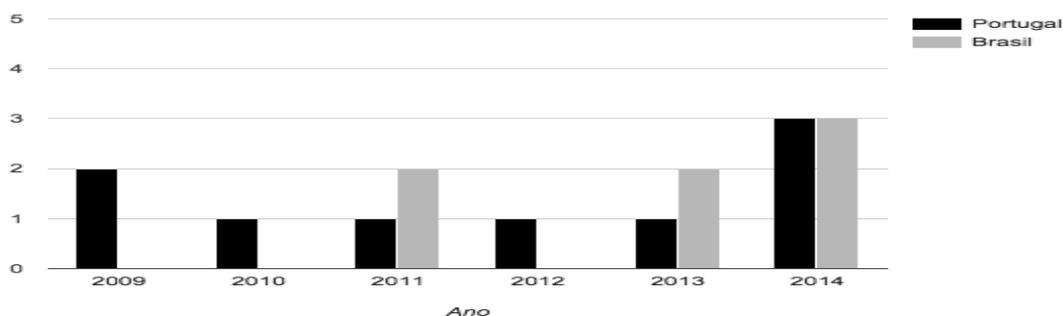


Gráfico 1 – Produções Brasil e Portugal

Observa-se que as produções de artigos, de acordo com a temática proposta, vêm

crecendo ao longo desses 5 anos (Gráfico 2). No ano de 2011, mesmo com uma interrupção em 2012, observa-se uma grande concentração de publicações em periódicos. Leva-se em consideração o tempo para produção de pesquisas e artigos confirmados nos anos posteriores, a partir de 2013, pensa-se que os relatórios mundiais publicados anualmente podem também impulsionar o interesse pelas pesquisas e por intervenções relacionadas ao (re) significar da cidadania de toxicodependentes através de empoderamento no uso da autonomia. Em relação ao desenho de estudo, os 15 artigos e trabalhos originais foram estudos descritivos e estudo de caso do tipo transversal.

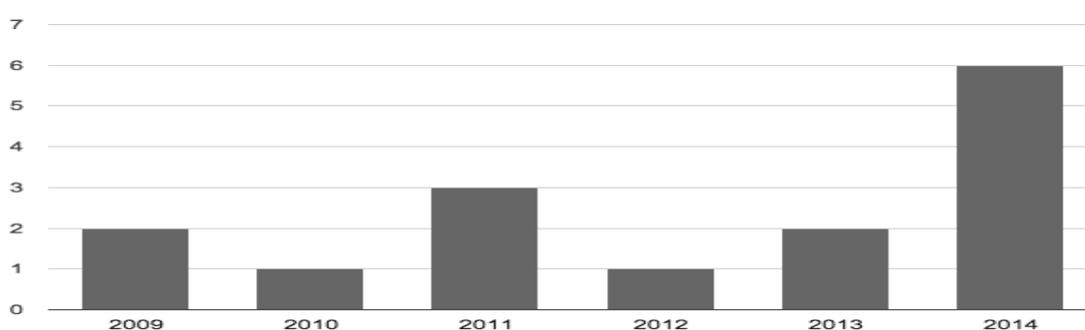


Gráfico 2 – Artigos Publicados / Ano

Dos artigos analisados, os periódicos da Psicologia foram os que apresentaram o maior número de publicações. Assim como as revistas que tratam especificamente dos temas toxicodependência. Observa-se que há um grande número de estudos voltados para este contexto, contudo não transformados em artigos e publicados em periódicos, o que impossibilita a socialização de intervenções que podem desvelar novas formas de tratamento, assim como, novas formas de lidar com o universo da toxicodependência.

A classificação por temática está disposta no anexo A e apresentam intervenções direcionadas à finalidade de empoderar o cidadão no uso de sua autonomia, contudo, por vezes não informam os procedimentos utilizados para tanto.

Coelho (2014) aborda três intervenções que (re) significam o direito de cidadania, sendo a primeira o trabalho laboral, que:

[...] tem, por si mesmo, um papel importante na reinserção, pelo sentido à vida e porque realiza o indivíduo, dotando de sentido sua existência. Existe uma utilidade pessoal e social no resultado do trabalho feito permitindo, por esta via a valorização social, tantas vezes não alcançada na sociedade em geral e compensar lacunas afetivas graves oriundas do contexto familiar

(p.135,136).

Ao exercer atividade laboral o toxicodependente (re) significa seu direito de cidadania, pois o trabalho é considerado para a sociedade algo de muito valor, sendo também através do trabalho a promoção de sua subsistência. O toxicodependente também ao estar empregado percebe que está exercendo sua autonomia, não necessitando requerer auxílio para sua sobrevivência. Pois o trabalho é cidadania, na medida em que proporciona direitos, conforme a carteira de trabalho e a previdência social, também por receber um salário para sobrevivência.

Outra intervenção é apoio aos familiares, participando do tratamento, sendo considerado para o estudo fato de reintegração social do toxicodependente. “A integração social ou familiar de um indivíduo permite a construção da sua identidade que é por sua vez, fortemente condicionadora da forma do seu lugar na sociedade em geral” (COELHO, p.120). A última intervenção discutida pelo autor é sobre as mediações com análise dos problemas sociais, através do profissional educador social. Tendo por seu papel “operar muitas vezes como mediador que é na verdade, um facilitador de processos que, de outra forma, não ocorreriam ou poderiam ocorrer, mas de forma menos profícua” (COELHO, p.124). Tendo como a mediação social o “processo de integração que, analisa os problemas sociais e compreende a suas causas; formar, informar e orientar o público-alvo no contexto da sua vida cotidiana e comunitária. ”

Utilizou-se dois textos de Barbosa (2009 e 2011), no qual o de 2009 pontua, com base na redução de riscos e danos, quatro intervenções que (re) significam o direito de cidadania: A minimização dos riscos associados ao consumo de drogas e às práticas sexuais; através de iniciativas com o programa nacional de troca de seringas e as intervenções locais, em Lisboa Programa “Contrato de Cidade”, no Porto. As outras intervenções estão associadas, a discussão pública e a posterior consagração legislativa, correspondendo a política de redução de danos através de vários programas e estruturas sócio-sanitárias vocacionados para a defesa da saúde pública e privada, surgindo campanhas de educação para saúde em espaços noturnos e programas de “substituição opiácea de baixa exigência.”

Já a discussão em 2011 envolve práticas de serviço social no seio das políticas de redução de danos. Encontramos nesse texto o número maior de intervenções que (re) significam o direito de cidadania com dezesseis intervenções destacadas. Abordando a

proteção da saúde pública através de “prevenção do risco os assistentes sociais, desenvolvem práticas para regular os perigos públicos causados pela droga, tais como:” distribuição de material asséptico (troca de seringas e distribuição de preservativos); informação sobre os riscos (divulgação de informação sobre as consequências das práticas de consumo e comportamentos sexuais desprotegidos); orientação para rastreio de doenças infecciosas; ensinamento de práticas de menor risco (práticas de sexo seguro e a alteração de comportamentos de risco e hábitos de consumo). Através do exercício profissional, o serviço social desempenha função de regulação dos “riscos psicoativos” determinados pelo consumo de drogas.

Outra intervenção são atividades que promovem a igualdade de oportunidade aos utentes nos cuidados de saúde, através do processo da intervenção de mediação entre a rua e as estruturas para facilitação aos direitos e recursos sociais. O serviço social defende uma intervenção por meio da redução de danos. Nessa lógica, Barbosa (2011) cita a intervenção sobre ações que necessitam de: ver melhorada a acessibilidade aos serviços sanitários; diminuir os riscos psicossociais associados ao consumo de drogas ilegais; ser incentivadas para sua autonomização. Tendo conhecimento do processo de abstinência que se constitui a longo prazo, assim o toxicodependente consegue abster-se, através de redução de danos.

Entende-se que faz parte da responsabilidade do serviço social promover encaminhamentos para os serviços sociais na medida em que apresentam vulnerabilidades, tais como: ausência de renda, trabalho, moradia, alimentação. Através do encaminhamento realizado, o assistente social promove a equidade e igualdade no tratamento.

O acompanhamento dos indivíduos em consultas a especialistas nas estruturas de saúde é fundamental (BARBOSA, 2011), o acompanhamento profissional dos utentes no acesso ao serviço de saúde minimiza a discriminação, pois muitas vezes são desrespeitados e os próprios profissionais abordam com preconceito de forma estereotipada. É importante o favorecimento de espaços de diálogo formais e informais com esses profissionais e até mesmo com a comunidade no intuito minimizar os preconceitos e assim, facilitar o relacionamento de toxicodependentes com os serviços comunitários. As práticas profissionais do serviço social devem ser emancipatórias, desmistificando a visão dos profissionais e instituições.

“A prática do Serviço Social encontra-se vinculada à defesa da dignidade humana de indivíduos que vivem em condições desumanas. Na relação que estabelecem com os cidadãos destinatários das políticas de redução de danos, os assistentes sociais valorizam a dimensão dos direitos humanos, a dignidade humana e as necessidades humanas básicas dos utentes” (BARBOSA 2011, p. 80).

Outra prática profissional do serviço social de redução de danos é a mediação para promoção de estratégias de *empowemewrt* e promover a alteração de comportamento de risco, ou seja, realizando intervenções para o indivíduo perceber e identificar o risco para o uso das substâncias psicoativas e, nessa lógica, o indivíduo protagonize a saída dessa situação e assim promovendo espaços para promoção de tomadas de decisões para os utentes. Por fim, mediação que favoreça a melhoria das condições humanas.

Raupp e Adorno (2010) pontuam duas intervenções que (re) significam o direito de cidadania, uma delas sugere verificar e observar a rotina de uso dos toxicodependentes e em seguida realizaram aconselhamento e orientação para redução de danos no uso de crack no centro de São Paulo (Cracolândia), com objetivo de orientar os direitos que os indivíduos possuem, pois mesmo estando na situação de rua esses não perdem a condição de serem cidadãos de direitos e deveres perante a sociedade.

Pereira e Gonçalves (2011) citam como uma das intervenções que (re) significam o direito de cidadania envolver a família no tratamento dos toxicodependentes; com estratégias de fortalecimento de vínculos, considerando a família como principal fator de estruturação de personalidade e de socialização. Nesse sentido, considerando a transmissão de valores culturais e normas de conduta por parte da família, tendo por base a qualidade da relação entre pais e filhos. Levando também em consideração os fatores de risco para os toxicodependentes em um ambiente familiar caótico e as falhas das relações entre pais e filhos, a falta de limites com enorme separação, escondendo ou mascarando seus conflitos.

Com relação a prática profissional percebe-se que ao ser inserido o indivíduo no tratamento é preciso intervir também nas relações familiares, na qual os familiares são acompanhados através de reuniões familiares que ocorrem dentro do CAPS AD. Nessas reuniões familiares há o intuito de troca de experiências, entender o processo de tratamento, sinalizar as dificuldades encontradas, avanços terapêuticos do toxicodependente. Quando necessário, também realiza-se intervenções familiares com o toxicodependente para pontuar aspectos no tratamento e verificar outras alternativas para avanços terapêuticos conforme a demanda e necessidade de cada indivíduo, considerando o contexto singular.

Foi levantado por Cruz e Machado (2012) seis intervenções que (re) significam o direito de cidadania, através de ações preventivas procurando promover a abstinência nos indivíduos. Os autores pontuam que os “sujeitos que abandonaram o consumo sem qualquer suporte formal tendem a identificar o apoio social informal como um dos principais motivos para tal decisão, a par dos prejuízos gerados pelas drogas, em termos sociais, de saúde e de

finanças” (CRUZ E MACHADO, p. 17). Outro destaque dos autores são a promoção do controle social sobre as drogas com alternativas ao controle formal, respeito à regulação dos consumos, estimulando o desenvolvimento de mecanismos de controle alternativo com intervenções no fenômeno das drogas, como o autocontrole, educando nessa lógica sobre os consumos e o empoderamento dos consumidores.

Cruz, Fernandes, Machado (2012), discutem a intervenção que (re) significa o direito de cidadania, sendo ações multidisciplinares de atendimentos individuais intervindo nas necessidades de uma compreensão holística do uso e abuso das drogas, ou seja, atendendo todos os condicionantes, farmacológicos, biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais e relacionados com o tipo de consumo. Nessa linha descumprimento torna-se também o processo de trabalho que o CAPS AD executa, onde se atende o indivíduo nessas áreas de atuação, individualmente, em grupos e oficinas terapêuticas de acordo com o contexto social de cada um.

Aldeia (2014) elenca cinco intervenções, a primeira é reconstrução do laço de cidadania através de experiência de vida na rua; com indivíduos que estão na condição de sem abrigo, mesmo nessa condição o autor frisa que esses indivíduos são cidadãos de direitos e devem ser tratados conforme o que preconiza as legislações, pois se sentem rejeitados e discriminados. Percebe-se que essa intervenção é presente também na prática profissional onde os indivíduos que buscam tratamento e estão em situação de rua são segregados tanto pela comunidade quanto por alguns profissionais, generalizando e tratando todos como “marginais” e esquecendo o primordial: são cidadãos que possuem o direito de tratar-se e que o CAPS AD faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS), onde preconiza na Lei 8080 de 1990, sendo a saúde um direito universal.

A segunda intervenção são encaminhamentos aos serviços assistenciais, abordado pelo autor, que o indivíduo em situação de rua necessita dos encaminhamentos aos serviços assistenciais para a sua subsistência, tendo os mínimos sociais: alimentação, abrigo, acesso à saúde. As intervenções são constantes para saírem da rua, pontuando seus riscos e proporcionando melhorias na qualidade de vida, disponibilizando assim, acesso as leituras de jornais, revistas, livros e possibilidade de assistirem filmes através da biblioteca pública e proporcionando a terem espaços apropriados de atividades de lazeres, contudo não informando os meios.

Em Portugal, disponibiliza o acesso ao Rendimento Social de Inserção (RSI) instituído em 2003, tratando-se de “prestação social estatal que procura garantir um rendimento mensal

a sujeitos que não possuem outros rendimentos, visando combater situações de pobreza, mediante a assinatura de um contrato de inserção individual” (ALDEIA, p. 2014). Relacionando com a prática profissional, constantemente realizamos intervenções semelhantes as citadas acima, a questão do morador de rua “sem abrigo” é percebida na maioria das vezes como algo de intervenção apenas para o serviço social, dessa forma, temos que constantemente sinalizar para os outros serviços e profissionais que são cidadãos de direitos dependendo ou independente da condição social que esse se encontra. Enfrentamento de lutas constantes para o indivíduo conseguir construir novamente sua autonomia e exercê-la, pois são dois estigmas que enfrentam diariamente, o fato de residir na rua e a dependência por alguma substância psicoativa.

Muakad (2011) elenca quatro intervenções, sendo estas o envolvimento da família na fase inicial do tratamento, conforme esse autor é necessário realizar “orientações familiares, grupos psicoeducacionais de familiares, aconselhamento familiar e terapia familiar modelos esses que, se tornam cada vez mais rígidos e, após análise de cada caso, verifica-se qual é o mais indicado para o paciente” (p. 488). Essas abordagens são necessárias para o familiar entender o processo de tratamento, como núcleo de suporte fundamental do indivíduo. Consultas clínicas ou ambulatoriais para auxiliar na fase de abstinência total, através de tratamento ambulatorial, ou em clínicas ou ambulatórios. Realizado através de um programa com sete etapas, onde o indivíduo receberá orientações e estratégias de enfrentamento das drogas e seguindo esse processo terapêutico em etapas há exigência da completa abstinência de todas as drogas. Conforme a necessidade o sujeito é encaminhado também a clínicas especializadas, assistido por 24 horas, sem poder sair do local, evitando o indivíduo ter contato e acesso as drogas. “A indicação para esse tipo de tratamento ocorre quando há risco de suicídio, agressividade física importante, quadro psicótico, doenças médicas ou psiquiátricas associadas (infarto do miocárdio, convulsões, etc...), intensa disfunção de vida do dependente, ou incapacidade de cuidar da higiene pessoal, alimentação etc., dependência de álcool ou opiáceos que exigem o tratamento em hospital e fracasso do tratamento ambulatorial” (MURAKAD, 2011 p. 489). Por fim, o autor discute que realizem prevenção que englobam: a educação, o social, o cultural e o clínico para a nova legislação antidrogas, desmistificando assim, os métodos de tratamento antigos, onde ainda está muito presente nos profissionais, na sociedade a forma de punição para a toxicodependência.

As abordagens elencadas pelo autor estão altamente interligadas com a atuação profissional no CAPS AD, a intervenção familiar como já citamos anteriormente é de suma importância envolver os familiares no tratamento, encaminhamentos para internações quando

necessário para estabilização do padrão de uso. A questão de prevenções, educação, o social, o cultural são ações realizadas constantemente nos grupos, oficinas de cidadania e os participantes do CAPS AD pontuaram em assembleia a necessidade de terem direitos conquistados através da câmara de vereadores, devido à situação socioeconômica apresentada, desejam conquistar o passe livre municipal. Esse processo sendo considerado destaque para o processo de cidadania e autonomia do toxicodependente.

Alcina (2011) destaca duas intervenções, encaminhamentos para o Programa Vida (reinserção Profissional ex-toxicodependente); programa esse que é pioneiro em Portugal, destinado a apoiar a reinserção profissional de ex-toxicodependentes. A integração social do toxicodependente conforme o autor inicia-se a partir do momento que esse procura ajuda, “onde se começa a desenvolver uma intervenção integrada conjunta, negociada e contratualizada, no sentido de intervir modos de funcionamento e de vida incorporados” (p. 55). Nesse percurso o emprego surge para valorização pessoal, melhoria da auto-estima e do auto-conceito. “Ter emprego representa a possibilidade de aceder a um conjunto de bens, aumentando o grau de autonomia e de liberdade, e constitui um meio facilitador dos processos de socialização, proporcionando um conjunto de experiências sociais e relacionais, fundamentais ao desenvolvimento dos indivíduos e dos sistemas (p. 55). Abordagens e intervenções dos profissionais, sendo analisado pelo autor que cada vez mais se constata que o “paradigma descriminalizador conduz a respostas humanistas, inclusivas, de apoio de aproximação dos indivíduos e serviços, desmistificação dos estereótipos de situações de exclusão, numa lógica de mobilidade social” (p. 54). Esse processo é importante para a reintegração dos toxicodependentes e a (re) significação do direito a cidadania, já abordado anteriormente que é necessário a mobilização dos profissionais para a quebra desses paradigmas, sendo ações constantes na prática profissional também.

Existem dificuldades de reinserção profissional, na medida que o ex-toxicodependente necessita ser inserido ao mercado de trabalho e no Brasil inexistente programa semelhante ao de Portugal “Programa Vida Emprego,” então os encaminhamentos ao mercado de trabalho se vinculam as agências de emprego, criação de parcerias em empresas privadas e assim tenta-se inseri-los no mercado formal para que obtenham acesso aos seus direitos trabalhistas.

Fernandes (2009) discorre em cima de duas intervenções, ações preventivas para profissionais do sexo que estão nas ruas, através de redução de danos em grupos de auto-ajuda com o intuito de minimização de danos na entrega de seringas, camisinhas. Prática essa em intensão reducionista, protegendo as profissionais na contaminação do HIV e protegendo também seus clientes e a entrega de seringa é devido ao uso de heroína que em Portugal é

utilizada tanto por esses públicos e outros diversificados. A segunda prática citada é a criação de comissões de dissuasão da toxicodependência criada em 2011, Fernandes traz: “despenalizar-se o consumo, mas dá-se o sinal claro da sua censurabilidade “rompe a relação entre interventor em RR e utilizador de drogas: a verdade deixa de ser um produto do encontro terapêutico e está agora exposta nos seus lugares do dia-a-dia, que são os palcos onde deve chegar a ação das equipas de RR” (p.09). As intervenções citadas aqui por Fernandes, são práticas não utilizadas no município de Brusque, trabalhamos a redução de danos dentro do CAPS ad mas não se têm práticas na unidades de saúde com essa intenção. Temos projeto em criação onde pretendemos matriciar as unidades de saúde do município para assim elas iniciarem a prevenção de risco sobre os efeitos das substâncias lícitas e ilícitas e práticas reducionista de danos para os toxicodependentes.

Nunes, Teixeira e Coelho (2014) elencam duas intervenções através do conceito de Problemas Ligados ao Álcool (PLA) em 1980 pela Organização Mundial de Saúde, promovendo a satisfação das necessidades psicológicas básicas, permitindo ao indivíduo uma “maior capacidade de resistência a comportamentos vezes surgem como forma de recalcar a frustração das necessidades psicológicas básicas, como serve de exemplo o consumo de álcool” (p.42,43). Destacando ainda como intervenção do profissional educador social, condução dos indivíduos para decidir autônoma e responsabilmente seus princípios para a ressocialização, o indivíduo no sentido que este assuma novas formas de relação com os outros, que anulem as possibilidades de desadaptação e marginalização. Esse período o educador social realiza discussões e abordagens referentes sobre os efeitos e consequências das substâncias lícitas e ilícitas para o toxicodependente decidir de forma autônoma a ressocializar com o seu meio social sem as substâncias psicoativas. Chama atenção que essas abordagens envolvendo o educador social que através de sua profissão exerce ações de empoderamento e exercício de autonomia para os toxicodependentes, não sendo apenas a função do assistente social, pois no Brasil essa questão faz parte do processo laboral do serviço social.

Finalizando a análise destaca-se quatro artigos dos seguintes autores: Cruz, Machado, Fernandes (2013) não abordam sobre a pergunta de pesquisa levantada. Pinto, Teles Moura e Machado (2014), SOUSA, Fonseca etc tal (2013), Lermen, Dartona Capra-Ramos (2014), não utilizam o termo toxicodependência, contudo trazem abordagens referenciando a política nacional antidrogas referindo aos utentes como dependentes químicos.

CONCLUSÃO

Em resposta à questão proposta, considerou-se que há escassez de periódicos publicados no âmbito nacional que explicita as ações de ressignificação direcionadas ao empoderamento do cidadão toxicodependente no exercício de sua autonomia. Há um universo maior de produções publicadas fora do Brasil, inclusive com periódicos exclusivos para o assunto.

Concluiu-se que o tratamento no processo de saúde é constituído por intervenções diversas que apresentam intuitos de empoderar, mas não apresentam um compartilhamento claro dos procedimentos adotados para realização das mesmas, o que pode influenciar nos resultados. Contudo observa-se que os desafios enfrentados são complexos com um universo extenso de dificuldades encontradas no exercício da autonomia do cidadão toxicodependente.

Este estudo abordou a discussão do processo de empoderamento do cidadão toxicodependente no exercício da autonomia, porém concluiu-se que esse termo ainda é pouco utilizado nas produções brasileiras, o que despertou interesse pela temática. Esperava-se encontrar inúmeros trabalhos discutidos por profissionais do serviço social, mas no decorrer da análise observou-se que o número maior de publicação é de profissionais da psicologia.

No percurso do trabalho pode-se concluir que as intervenções descritas (re) significam o exercício de cidadania de toxicodependentes em processo de tratamento, através de constantes reflexões, sendo necessário a prática profissional e aprimoramentos pessoais.

Observou-se que o Brasil ainda avança a curtos passos, em relação a outros países, como Portugal nas intervenções que re (significam) o direito de cidadania dos utentes. Percebeu-se também que, os textos elencam inúmeras ações profissionais para toxicodependentes; ações de redução de danos e riscos, citam grupos, ações em rua, mas poucas vezes são de forma detalhadas.

Fez refletir em relação ao processo de trabalho dos profissionais de serviço social na saúde mental, concluindo-se que estes ainda conquistam seu espaço profissional, buscando intervenções em equipe multidisciplinar direcionadas aos toxicodependentes, mas ainda não se têm resultados, ou não aparecem publicações nesse sentido. Observou-se que citam a importância do serviço social como de suma importância no tratamento para o toxicodependente, contudo não se observa os próprios profissionais do serviço social nessas ações.

Por fim, sugere-se que os trabalhadores de saúde mental no Brasil aprimorem constantemente seus conhecimentos, pela necessidade de avanço e conquista de novos paradigmas. Nessa linha de pensamento, os programas de intervenções na toxicodependência

no Brasil devem considerar primordialmente o direito de cada cidadão e auxiliando nesse processo para além da abstinência, das substâncias psicoativas, para que possam contribuir com o processo de empoderamento do cidadão no exercício da sua autonomia.

REFERÊNCIAS

- ALCINA, Lo. **Integração Social e Estratégias de Mediação. Toxicodependências** [online], vol.17, n.1, pp. 53-60, Lisboa – PT, 2011.
- ALDEIA, João De **“cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenômeno dos sem-abrigo.** *Interseções*, v. 16 n. 2, p. 229-244, Rio de Janeiro, 2014.
- ALMEIDA, K.S.; DIMENSTEIN, M.; SEVERO, A.K. **Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental.** *Interface - Comunic. Saúde, Educ.*, v.14, n.34, p.577-89, Botucatu – SP, 2010.
- ANTON, D. M. **Drogas: conhecer e educar para prevenir.** São Paulo: Scipione, 2000.
- BARBOSA, Jorge. **A emergência da redução de danos em Portugal: da «clandestinidade» à legitimação política.** *Revista toxicodependências*, volume 15, número 1, pp. 33-42, Lisboa - PT, 2009.
- BARBOSA, Jorge. **Enfrentar novos riscos e resgatar a cidadania perdida: práticas de Serviço Social no seio das políticas de redução de danos.** *Toxicodependências*[online], vol.17, n.1, pp. 71-84, Lisboa - PT, 2011.
- BOTELHO, Louise L. R; CUNHA, Cristiano C. A. e MACEDO, Marcelo. **O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais.** *Gestão e Sociedade*, V. 5, N. 11, p. 121-136, Belo Horizonte - MG, 2011. Disponível em: www.ges.face.ufmg.br. Acesso 13.10.2015.
- CALASSA, G. D. B; FREITAS, L. G. de; PENSO, M. A. **Tratamento do dependente químico: da violação de direitos ao respeito à cidadania e autonomia.** In: VIII Encontro da ANDHEP- Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.andhep.org.br>. Acesso: 29 mar.2015.
- COELHO, P. Dias. **Toxicodependência e reinserção social de toxicodependentes.** *Revista da ULLPS*, N6, Vol. 2, pp. 115-140, ESES, Santarém – PA, 2014.
- CUNHA, W., **In-dependência: aprenda a se livrar das drogas, saiba lidar com um dependente e veja se você estimula a co-dependência.** São Paulo: Idéia e Ação, 2006.
- CRUZ, Olga Souza; MACHADO, Carla e FERNANDES, Luís. **O ‘problema da droga’: Sua construção, desconstrução e reconstrução.** *Aná. Psicológica* [online], vol.30, n.1-2, pp. 49 -61. Porto – PT, 2012.
- CRUZ, Olga Souza e MACHADO, Carla. **Intervenção no fenômeno das drogas: algumas reflexões e contributos para a definição de boas práticas.** *Psicologia* [online]. Vol.27, n.1, pp. 13-31. Lisboa - PT, 2013.
- FERNANDES, Luís. **O que a droga faz à norma.** *Revista toxicodependências*, volume 15, número 1, pp. 3-18, Lisboa – PT, 2009.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** Revista Saúde Sociedade. vol. 18 nº. 4 - São Paulo, 2011.

GONCALVES, Aura Maria e PEREIRA, Maria da Graça. **Variáveis familiares e toxicodependência.** *Rev. SBPH* [online], vol.14, n.2, pp. 228-251, Rio de Janeiro, - RJ, 2011.

LARANJEIRAS, Ronaldo; et al. **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012.** São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP, São Paulo – SP, 2014.

MUAKAD, Irene Batista. **A cocaína e o crack: as drogas da morte.** R. Fac. Dir. Univ. v.106/107, p. 465-494, São Paulo 2012.

NUNES, Tatiana, TEIXEIRA, Diogo e COELHO Filipa. **A educação não formal na prevenção dos problemas ligados ao álcool.** Saber & Educar 19, Educação e Trabalho Social, Odivelas – PT, 2014.

PINTO, Alexandre I. **As Dificuldades da toxicodependência na Busca por Tratamento: Uma Breve Reflexão Teórica.** *Interação Psicol*, v. 17, n. 2, p. 207-215, Curitiba – PT, 2013.

PRATTA, Elisângela M. M. e SANTOS, Antonio M. **O Processo Saúde -Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211, Brasília - DF, 2009.

RAUPP, Luciane, RuBens e ADORNO c F. **Uso de crack na cidade de São Paulo Brasil.** *Revista toxicodependências*, volume 16, número 2, pp. 29-37, 2010.

SALGUEIRO, Helena, Lermen, DARTORA, Tamires e CAPRA-RAMOS, Carine . **Drogadição no cárcere: questões acerca de um projeto de desintoxicação de drogas para pessoas privadas de liberdade.** ISSN 1808-4281 *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14 n. 2 p. 539-559, Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, Patrícia Fonseca et al. **Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança.** *Temas psicol.*[online]. 2013, vol.21, n.1, pp. 259-268. ISSN 1413-389X.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. **Revisão Integrativa: o que é e como fazer.** *Einstein*. 8(1 Pt 1):102-6, São Paulo - SP, 2010.

UNODOC. **World Drug Report.** United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), New York, 2015.

VASCONCELOS, E. M. **Abordagens Psicossociais.** São Paulo: Hucitec, 2009, v. II

ANEXO

Quadro 2 – Intervenções, abordadas nos artigos, para ressignificação da cidadania.

Autor	País	Ano	Busca de dados	Periódicos	Tema	(Re) significam a cidadania (Intervenções)
BARBOSA, Jorge.	Portugal	2009	Google Acadêmico	Revista toxicodependências edição idt volume 15 número 1 2009 pp. 33-42	A emergência da redução de danos em Portugal: da «clandestinidade» à legitimação política.	<ul style="list-style-type: none"> -Minimização dos riscos associados ao consumo de drogas e às práticas sexuais; -Discussão pública e a posterior consagração legislativa; -Programas e estruturas sócio-sanitárias vocacionados para a defesa da saúde pública e privada; -Campanhas de educação para a saúde em espaços noturnos.
FERNANDES, Luís.	Portugal	2009	Google Acadêmico	Revista toxicodependências edição idt volume 15 número 1 2009 pp. 3-18.	O que a droga faz à norma	<ul style="list-style-type: none"> -Ações preventivas para profissionais do sexo (RD); -Criação de comissões de dissuasão da toxicodependência.
RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens de C. F.	Portugal	2010	Google Acadêmico	Revista Digital-toxicodependência	Uso de crack na cidade de São Paulo Brasil	<ul style="list-style-type: none"> -Aconselhamento e orientação para redução de danos no uso de crack no centro de São Paulo (Cracolândia); - Pesquisas para verificar/observar a rotina de uso dos toxicodependentes.
BARBOSA, Jorge.	Portugal	2011	Google Acadêmico	Revista digital - <i>Toxicodependências</i> [online].	Enfrentar novos riscos e resgatar a cidadania perdida: práticas de Serviço Social no seio das políticas de redução de danos.	<p>-Proteção da saúde pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i): distribuição de material asséptico (troca de seringas e distribuição de preservativos); (ii): informação sobre os riscos (divulgação de informação sobre as consequências das práticas de consumo e comportamentos sexuais desprotegidos); (iii): orientação para rastreio de doenças infecciosas; (iv): ensinamento de práticas de

					<p>menor risco (práticas de sexo seguro e a alteração de comportamentos de risco e hábitos de consumo).</p> <p>-Atividades que promovem a igualdade de oportunidade nos utentes aos cuidados de saúde;</p> <p>* Defendem uma intervenção por objectivos junto de pessoas adictas</p> <p>a drogas, as quais necessitam de:</p> <p>(i): ver melhorada a acessibilidade aos serviços sanitários;</p> <p>(ii): diminuir os riscos psicossociais associados ao consumo de drogas ilegais;</p> <p>(iii): ser incentivadas para sua autonomização.</p> <p>- Orientações para utentes com o objetivo de melhorar as condições de saúde;</p> <p>- Encaminhamentos para os serviços sociais (promover a equidade e igualdade de tratamento);</p> <p>- acompanhamento dos indivíduos em consultas de especialistas;</p> <p>- Mediação entre a rua e as estruturas para facilitação dos utentes dos direitos e recursos sociais;</p> <p>-Favorecer conversar informais;</p> <p>- Facilitação do relacionamento dos indivíduos com o serviço comunitários;</p> <p>- Mediação para promoção de estratégias de empowemewrt;</p> <p>-Promover a alteração de comportamento de risco;</p> <p>-Mediação que favoreçam a melhoria das condições humana;</p> <p>-Espaços para promoção de tomadas de decisões para os utentes;</p> <p>*Mediação defendidas por Almeida (2002): mediação</p>
--	--	--	--	--	---

						assistência, mediação acessibilidade e mediação dinamização.
GONCALVES, Aura Maria e PEREIRA, Maria da Graça	Portugal	2011	Google Acadêmico	Revista Digital- Rev. SBPH [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 228-251. ISSN 1516-0858.	Variáveis familiares e toxicodependência.	- Intervenções para envolver a família no tratamento dos toxicodependentes; -Avaliações de diferenças de percepção entre uns e outros tendo em consideração a fase da doença (grupos); -Grupo 2 com 40 toxicodependentes com recaída e 32 familiares e Grupo 3 com 36 toxicodependentes com alta terapêutica e 30 familiares -Aplicação de questionário de satisfação familiar e questionário recursos familiares.
MUAKAD, B. Irene	Brasil	2011	Google Acadêmico	R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 106/107 p. 465 - 494 jan./dez. 2011/2012	A cocaína e o crack: as drogas da morte.	-Envolvimento da família na fase inicial do tratamento; -Consultas clínicas ou ambulatórias para auxiliar na fase de abstinência total; -Internação em hospital ou clínica especializada; -Prevenção que engloba a educação, o social, o cultural e o clínico para a nova legislação antidrogas.
LO, Alcina.	Portugal	2011	Scielo	Toxicodependências [online]. 2011, vol.17, n.1, pp. 53- 60. ISSN 0874- 4890.	Integração Social e Estratégias de Mediação.	-Encaminhamentos para o Programa Vida (reinserção Profissional ex- toxicodependente);
CRUZ, Olga Souza; MACHADO, Carla e FERNANDES, Luís.	Portugal	2012	Scielo	Aná. Psicológica [online]. 2012, vol.30, n.1-2, pp. 49-61. ISSN 0870- 8231.	O 'problema da droga': Sua construção, desconstrução e reconstrução.	-Ações multidisciplinares de atendimentos individuais; -Discute autonomia e cidadania mas não pontuam intervenções que (re)significam o direito de cidadania.
CRUZ, Olga Souza e MACHADO, Carla.	Portugal	2013	Scielo	Revista Digital - Psicologia [online]. 2013, vol.27, n.1, pp. 13-31. ISSN 0874-2049	Intervenção no fenómeno das drogas: algumas reflexões e contributos para a definição de boas	-Prevenções com o objetivo de abstinência; -Promoção do controle social sobre as drogas com alternativas ao controle formal;

					práticas.	<p>(Respeito à regulação dos consumos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação sobre os consumos (Controle Social formas menos prejudiciais Informal) -Redução de risco e minimização de danos; -Informações aos sujeitos a utilizar as drogas das possível e a manter seu ajustamento nas várias área da vida (abordagem de redução de risco); - Promover o autocontrole/ autorregularização dos consumos, intervindo no fenômeno das drogas.
SOUSA, Patrícia Fonseca et al.	Brasil	2013	Google Acadêmico	Revista Digital - Temas psicol. [online]. 2013, vol.21, n.1, pp. 259-268. ISSN 1413-389X	Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança.	<ul style="list-style-type: none"> -Questionário sociodemográfico; -Escala Urica; Análises estatísticas descritivas e inferenciais por meio do software SPSS; -Motivação para a mudança e as condições de tratamento da dependência química; -Busca do tratamento.
COELHO, Paulo Dias.	Portugal	2014	Google Acadêmico	Revista digital - ULLPS	Toxicodependência e reinserção social de toxicodependentes	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho laboral (pg.123); -Familiars participando e apoiando o tratamento do toxicodependente; -Grupos de prevenção de risco, público: gênero; -Mediações com análise dos problemas sociais.
ALMEIDA, João.	Brasil	2014	Google Acadêmico	Interseções [Rio de Janeiro] v. 16 n. 2, p. 229-244,	De “cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenômeno dos sem-abrigo.	<ul style="list-style-type: none"> -Reconstrução do laço de cidadania através de experiência de vida na rua; -Encaminhamentos aos serviços assistenciais; -Acesso ao Rendimento Social de Inserção (Garantir rendimento mensal a sujeitos que não possuem outros rendimentos, visando combater a situação da pobreza); -Assistência para a saída da rua; -Disponibilização de acesso a leituras de jornais, revistas, livros e possibilidade de assistirem filmes, terem espaços

						de lazeres.
Helena Salgueiro Lermen, Tamires Dartora, Carine Capra-Ramos .	Brasil	2014	Google Acadêmico	ISSN 1808-4281 Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro v. 14 n. 2 p. 539-559 2014	Drogadição no cárcere: questões acerca de um projeto de desintoxicação de drogas para pessoas privadas de liberdade	NÃO ABORDA O TERMO TOXICODEPENDENCIA
Marta PINTO, Soraia TELES, Helena MOURA; Pedro MACHADO.	Portugal	2014	Google Acadêmico		Modelo português de políticas de saúde no domínio das drogas.	NÃO ABORDA O TERMO TOXICODEPENDENCIA
NUNES, Tatiana; TEIXEIRA, Diogo; COELHO, Filipa.	Portugal	2014	Google Acadêmico	Revista	A educação não formal na prevenção dos problemas ligados ao álcool.	-Ações de prevenção através do Programas Ligados ao Álcool (PLA) ; -Condução dos indivíduos para decidir autónoma e responsabilmente seus princípios para a ressocialização.